

## **PROJETO “O SESQUICENTENÁRIO DO PARANÁ NO CONTEXTO ESCOLAR”: UMA EXPERIÊNCIA COM MAPAS HISTÓRICOS**

Ana Heloisa Molina<sup>1</sup>

A partir do material didático (cartazes, banners e transparências) produzido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná para o projeto Sesquicentenário do Paraná, abordaremos as possibilidades de trabalho em sala de aula com mapas históricos enfocando a diversidade de ferramentas no acesso e processo ensino-aprendizagem em História. Os cartazes aliavam imagens e textos, além de mapas históricos acerca de fatos marcantes da História do Paraná.

Ao priorizar os mapas históricos, enquanto documentos, verificamos as possibilidades e limites de sua utilização em sala de aula, bem como, sua inserção no conjunto de outros documentos visuais.

A experiência envolvendo professores da rede pública auxiliou na reflexão dos usos a contrapelo deste material didático e a partilha de vivências originando projetos de pesquisa em sala de aula por parte destes professores no decorrer do ano letivo de 2004.

Este texto se propõe a apresentar os mapas enquanto uma fonte visual passível de informações acerca de um período histórico. Para tanto, discute o conceito de fronteiras, especialmente no tocante à idéia de sertão construída no início do século XX.

Estas considerações ampliam-se para refletirmos o espaço da constituição da cidade e a estruturação urbana como marcas físicas inscritas em sua malha espacial e transpostas graficamente em uma carta geográfica, bem como, as possíveis leituras e

---

<sup>1</sup> Doutora em História (UFPR). Professora de Metodologia e Prática de Ensino de História. Depto de História. Universidade Estadual de Londrina.

utilizações por seus usuários, o que não foi possível abordar dada as dimensões deste texto.

Ao final, indica as possibilidades pedagógicas do uso de mapas em sala de aula.

### **1. Mapas e suas visualidades: um pouco de história.**

Em meio aos documentos visuais disponíveis, podemos considerar os mapas como testemunhos concretos de mentalidades, enfeixando elementos referentes ao imaginário e a cultura de uma época em seu caráter administrativo, político, estratégico e científico. Enquanto uma construção social, ou seja, um documento elaborado com determinado objetivo, os mapas históricos estão permeados por interesses econômicos e políticos.

Como documento visual, o mapa é portador de elementos significativos para a compreensão de movimentos de expansão territorial e mudanças nas e das fronteiras, mas, também, podemos vê-los como filtro e condensador de um olhar sobre o mundo, na medida em que seus executores recortam, apreendem e transpõem em uma figuração cartográfica, o desenho do mundo e de diversas regiões.

Podemos rastrear os elementos estéticos da ciência cartográfica a partir dos conhecimentos matemáticos e astronômicos em que se baseou o desenvolvimento da cartografia desde o Renascimento, o que não descarta a existência de outros tipos de mapas executados por diferentes povos anterior a este período como os chineses e árabes por exemplo.<sup>2</sup>

Um mapa atrai o olhar por sua concepção artística, por suas bases técnicas e revela mundos culturais em transformação e conflito pelas formas como dispõe suas imagens. Podemos, assim, pensar não mais a imagem do mapa, mas, o desenvolvimento do como se vê algo, e neste caso, fronteiras, regiões e países, ao longo do tempo. Ver

---

<sup>2</sup> Estas considerações estão no texto e curadoria de MICELLI, Paulo. O Tesouro dos Mapas. A cartografia na Formação do Brasil. Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

algo ou o “outro” não é uma ocorrência natural e sim um fato histórico que envolve critérios de valoração e aos modos operativos de que o homem dispõe em determinados momentos históricos, por isso, a função do olhar é de configurar e identificar o mundo, construindo a forma dos seres da natureza e de seu entorno.

A imagem enquanto documento não deve ser considerada como mera ilustração de um texto escrito. Além de seu cunho “conteudista” devemos refletir as diversas linguagens em cena, a produção das mesmas e as diferentes faces e interfaces deste conjunto de visualidades: pintura, caricatura, fotografia, cinema, cartografia, quadrinhos, fotonovelas, litografia, grafites, que propõem mediações, entre o mundo e seu observador, operadas por registros gráficos e também modos como este mundo visto foi organizado, considerando também, a posição do observador que envolve o processo de seleção e recorte de uma cena.

Voltando à cartografia temos que recolocar suas propriedades enquanto uma documentação visual que produz narrativas verbo-visuais, ou seja, a denominação de lugares, mares e objetos, relacionadas às instâncias de poder e governo e a representação gráfica e no espaço destes elementos.

Seu traçado remonta a um passado longínquo. Se pensarmos nas representações sobre o Brasil, por exemplo, podemos destacar os mapas e as cartas-portulanos<sup>3</sup> dos séculos XVI e XVII, desenhadas por famílias com tradições em cartografia. Destinadas a reis e mercadores, eram peças únicas feitas manualmente sobre pergaminho animal e ornamentadas com detalhes em ouro. Essas famílias pertenciam às tradições de estudo e confecção de cartografia italiana, flamenga, holandesa, francesa, inglesa e alemã.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Cartas portulanos: mapas adaptados às necessidades da navegação marítima no qual os pontos do litoral eram localizados por meio dos rumos magnéticos e das distâncias que se estimavam percorridas (donde a imprecisão dos contornos litorâneos nele representados).

<sup>4</sup> Quanto a estes mapas ver: O Tesouro dos Mapas. A cartografia na Formação do Brasil. Texto e curadoria: Paulo Micelli. Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

No sistema figurativo na época das grandes navegações a representação de lugares ocupa posição central. Na perspectiva daqueles que se arriscavam ao mar, a cartografia foi instrumento de orientação no espaço em conjunto com outros instrumentos como bússolas, sextantes, octantes<sup>5</sup> e posteriormente, os globos. Os mapas, ao firmar acordos sobre a repartição de terras, como o Tratado de Tordesilhas, por exemplo, impõem um pensamento político. Continham também figuras representantes das regiões anexadas convenientes à exibição mais elegante e harmoniosa dos domínios conquistados denotando uma imposição “natural” e “sem conflitos”.

Estas representações, ricas em detalhes e símbolos, articulam questões culturais envolvidas naquele momento e a construção de idéias sobre civilização e barbárie que permanecerão arraigadas por muito tempo. Também estes mapas revelam os valores que a paisagem cartográfica registrava, divulgava e consolidava, graças ao papel central que ocupava no processo de construção das representações sobre o mundo e não só do ponto de vista geográfico.

A questão de mapas históricos nos propõe, por outro lado, pensar o conceito de fronteira. Objeto de investigação de várias áreas como a antropologia cultural, sociologia, economia política, antro-po-geografia e ciências históricas, o termo “fronteira”, segundo a Enciclopédia Einaudi, indica, em várias línguas, os substantivos correspondentes “a parte do território situada in fronte, ou seja, nas margens”.

“A linha de fronteira é, portanto uma abstracção que não tem existência real fora do mapa geográfico. Mesmo o confim entre a terra e o mar não é uma linha, mas sim uma orla ou margem traçada pelo mar (...)”<sup>6</sup>. Possuindo carácter móvel e dinâmico, tem valores diferentes e as fronteiras mudam segundo a diferente importância assumida no decorrer da história pelos múltiplos atributos colocados pelos homens sendo permeáveis ao

---

<sup>5</sup> Sextante: Instrumento ótico constituído de dois espelhos e uma luneta astronômica presos a um setor circular de 60 graus destinado a medir a altura de um astro acima do horizonte. Octante: instrumento para medir ângulos, semelhante ao sextante, cujo limbo abrange um oitavo de círculo.

<sup>6</sup> Enciclopédia Einaudi. Einaudi. Volume 14. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989.p.307.

intercâmbio de homens, idéias e bens culturais. Relacioná-las aos mapas significa verificar as construções e conformações de um território, país, região.

Vejam os mapas cartográficos desenvolvidos em terras brasileiras e a expansão e constituição de fronteiras.

No século XVI e em parte do XVII, os registros eram, sobretudo, de caráter geográfico. As cidades e as vilas eram representadas esquematicamente como partes de trabalhos mais amplos.

No século XVIII, com o desenvolvimento da vida urbana nas regiões de mineração e nos principais portos, tornou-se importante para o governo português a aplicação de modelos mais complexos de controle urbanístico, que levaram à implantação de normas minuciosas e à elaboração de estudos e projetos em níveis de maior qualidade. Essa ação controladora foi facilitada pela presença dos engenheiros militares responsáveis pelos trabalhos de demarcação dos limites, treinados em elaborar trabalhos cartográficos em sua formação profissional.

A ação de expedições, e em especial, da Expedição Geográfica dos Padres Matemáticos, entre 1730 e 1748, com o propósito de estabelecer os limites territoriais na América, fornece à Coroa portuguesa informações essenciais para negociar com a coroa espanhola os limites de extensão e a realização de tratados territoriais, em uma condição mais segura e vantajosa, como os tratados de Madri (1750)<sup>7</sup> e Santo Ildefonso (1777).<sup>8</sup>

A mesma política portuguesa que promove a demarcação, fortificação e o traçado das plantas das cidades com a presença de especialistas europeus, atua, também, no sentido de impedir a entrada de estrangeiros e vetar-lhes outros modos de conhecimento dos recursos naturais do Brasil. Na primeira metade do século XVIII é conhecida apenas

---

<sup>7</sup>Pelo princípio *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito) a Espanha reconheceu os direitos portugueses sobre as terras conquistadas além dos limites de Tordesilhas e ainda cedeu a região de Sete Povos das Missões. Portugal teve que devolver à Espanha a Colônia de Sacramento.

<sup>8</sup>A Colônia de Sacramento e os Sete Povos das Missões retornam ao domínio espanhol, enquanto Portugal recupera a ilha de Santa Catarina. O Tratado de Badajós confirmava os limites definidos pelo tratado de Madri e incorpora a região de Sete Povos ao Brasil.

uma expedição à América Meridional, de 1735 a 1745, patrocinada pelo governo francês e chefiada pelo cosmógrafo Charles Marie La Condamine, que desce um trecho do rio Amazonas.<sup>9</sup>

## **2. Os Sertões e a expansão das fronteiras**

Os sertões<sup>10</sup> no início do século XX passaram a sofrer de ambíguas inversões: representavam a herança secular de uma colonização que fora incapaz de cultivar e povoar o território, mas também a possibilidade do futuro de construção de um novo Estado, republicano, civilizado e progressista.<sup>11</sup>

O sertão era um espaço de construção, real e imaginário, onde se idealizava o homem nacional isolado das influências funestas do litoral, que descaracterizavam a complexa identidade do brasileiro legítimo. Exemplos deste tipo brasileiro são perceptíveis no purismo da literatura representada, entre outros, por Valdomiro Silveira em seu livro, *Os Caboclos* em 1920, onde contos fixam a linguagem e a visão de mundo dos caipiras do interior de São Paulo.<sup>12</sup>

Na Belle Époque, final do século XIX e início do século XX, com a crescente urbanização e industrialização e o aumento de críticas à civilização litorânea, os pensadores e literatos delegavam ao sertão a reafirmação da vida rural como uma das respostas para os problemas de mudança social promovidos pela influência da vida urbana.

Os sertões, deste modo, serão romantizados em um cenário, onde o pioneiro, que enfrenta a natureza, irá adentrar a mata e iniciar uma nova vida, com novos valores, mais

---

<sup>9</sup> Para estas questões ver BELLUZO, Ana Maria. O Brasil dos viajantes. 3ª edição. Metalivros, 2000 e REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colônia. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial: Fapesp. 2000.

<sup>10</sup> Os sertões significava “mata fechada”. Naquele período dizer “Estou indo para o sertão”, equivalia a “estar indo para muito longe, para um local com muitos perigos, habitado por animais selvagens e índios”. Por outro lado, significava possibilidade de uma nova vida e oportunidade de “fazer riqueza”.

<sup>11</sup> IVANO, Rogério. Crônicas de fronteiras. Imagens e imaginário de uma terra conquistada Norte do Paraná. Curitiba: Aos quatro ventos, 2002.

<sup>12</sup> Outro regionalista seria o gaúcho Simões Lopes Neto e seus livros: *Contos Gauchescos* (1911) e *Lendas do Sul* (1912), que oferecem a visão do mundo rural dos gaúchos.

próxima à vida rude e bela no trato da terra e, portanto, redentora dos desvios das grandes cidades importadoras de uma cultura desnacionalizante, desconsiderando que este território não estava assim tão despovoado, ocorrendo a presença de índios e caboclos vivendo dos frutos do campo.

Novos “bandeirantes” avançam no interior do território paranaense e no processo de colonização, o Estado passa a se relacionar com grupos empresariais privados nacionais e estrangeiros, encarregados de desenhar a nova estrutura fundiária. As empresas colonizadoras, via de regra, passam a atrelar o processo de venda dos lotes a uma motivação econômica representada por alternativas de exploração e uso da terra.

No caso da região Norte, por exemplo, a principal colonizadora, Companhia de Terras Norte do Paraná, associou a comercialização da terra repartida com o sucesso das lavouras cafeeiras e a velocidade de seu deslocamento a partir da frente de expansão, na época próxima ao Oeste do Estado de São Paulo.

Seus desdobramentos posteriores fizeram com que o fomento às cidades médias fosse uma medida constante nas estratégias de desenvolvimento espacial no Paraná ainda hoje, como aquelas situadas próximas aos grandes centros como Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

### **3.Uma abordagem pedagógica.**

Utilizar mapas históricos em sala de aula envolve o diálogo e o trabalho conjunto com os colegas da Geografia, em que estes aplicariam noções de escalas e representações cartográficas, discutindo sua função e confecção, bem como, sua utilização para esta ciência. Amplia-se esta discussão ao indagar como os mesmos dados são utilizados diferentemente pelo geógrafo, pelo viajante, pelo engenheiro, pela administração política.

As representações gráficas indicam não somente os aspectos econômicos, políticos e naturais de uma região, mas, podem ser lidas a partir da perspectiva humana

utilizada para o levantamento destes dados e principalmente, a ausência de referências, naturais ou humanas, nos chamados “vazios”.

Esta consideração nos leva a refletir sobre o que havia naqueles lugares, quais povos ou pessoas ali habitavam e porque não foram assinaladas.

As possibilidades de uso dos mapas históricos em sala de aula envolvem não somente lidar com um documento que tem “leituras” de uma época a apresentar, mas também, com os limites de seu próprio traçado: as ausências, as mudanças e as permanências.

Este documento nos coloca uma riqueza de possibilidades: a comparação de mapas em várias épocas históricas e a atualidade, considerando os dados econômicos, políticos e mesmo estratégico em muitos momentos; a confecção de mapas pelos alunos utilizando representações mais simples conforme sua série para configurar cartograficamente, uma região, sua cidade (e aí, por que não, seu bairro, sua escola e sua sala de aula) ou mesmo a partir de um documento escrito, a disposição espacial descrita ou idealizada.

Este talvez seja o aspecto mais fascinante ao lidar com mapas: o espaço. Localizar em um espaço as realizações do homem em determinado período, a natureza modificada e as transformações sofridas coloca-nos envolver o aluno a perceber seu entorno e as mudanças no tempo de seu bairro, de sua cidade, de sua região, de seu Estado, de seu país, das fronteiras em que estão inscritos, do mundo em processo de constantes alterações, pela ação do homem ou pela relação do homem com outros e com a natureza.